

**ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: UMA
ANÁLISE DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO**


**STRATEGIES FOR DEALING WITH EMERGENCIES AND DISASTERS: AN
ANALYSIS OF THE AGRESTE MERIDIONAL OF PERNAMBUCO**


Recebido em: 02/12/2025

Reenviado em: 11/03/2026

Aceito em: 31/03/2026

Publicado em: 21/04/2026

Jhenyffer Lays Ribeiro Silva¹ 
Universidade de Pernambuco

Juliana Catarine Barbosa da Silva² 
Universidade de Pernambuco

Resumo: Os desastres socioambientais são situações complexas e multideterminadas, por isso, devem ser consideradas todas as variáveis físicas, sociais, políticas, econômicas e ambientais envolvidas com fenômenos. O presente artigo é resultado de uma pesquisa que objetivou analisar os discursos e estratégias apresentadas pelas defesas civis e organizações não governamentais do Agreste Meridional Pernambucano sobre as secas. A partir da psicologia social foi realizado levantamento nas redes oficiais dos 26 municípios do Agreste Meridional, entrevistas com 15 profissionais e uma visita de campo. Os dados coletados foram submetidos à análise do discurso orientada pela Psicologia Social Discursiva. Como resultados, constatamos que as intervenções apresentadas são majoritariamente emergenciais e pontuais, realizadas sob uma lógica de combate à seca. Para superar essa perspectiva, é necessário a inclusão popular, profissionais e comunidades locais devem atuar de forma coletiva para construção de estratégias de convivência com o semiárido.

Palavras-chave: Secas; Vulnerabilidade; Gestão de Riscos; Participação Popular; Convivência com o Semiárido.

Abstract: Socio-environmental disasters are socially constructed phenomena; therefore, all physical, social, political, economic, and environmental variables involved in these events must be considered. This study aimed to analyze the discourses and strategies presented by Civil Defense agencies and non-governmental organizations in the Agreste Meridional Pernambucano concerning droughts. Based on Social Psychology, data collection involved a survey of the official networks of the 26 municipalities in the region, in interviews with 15 professionals, and a field visit. The collected data were analyzed through Discursive Social Psychology. The results indicate that the interventions presented are mostly emergency and short-term actions, carried out under a “drought-combat” logic. To overcome this perspective, popular participation is essential, professionals and local communities must act collectively to develop strategies for living with the semi-arid environment.

Keywords: Droughts; Vulnerability; Risk Management; Popular Participation; Living With the Semi-Arid Environment.

INTRODUÇÃO

“O fim do mundo talvez seja uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder” (Krenak, 2019, p. 34). Essa frase de Ailton Krenak, ao mesmo

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS/UPE) da Universidade de Pernambuco/UPE. Bolsista CAPES. Brasil, Pernambuco, Garanhuns. E-mail: jhenyffer.lays@upe.br

² Mestre e Doutora em Psicologia. Professora Adjunta do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade de Pernambuco. Brasil, Pernambuco, Garanhuns. E-mail: juliana.catarine@upe.br

tempo poética e incisiva, nos convida a refletir sobre os modos pelos quais temos construído e naturalizado as crises que têm atravessado nossa sociedade. Entre essas crises, destacam-se neste trabalho os desastres socioambientais, compreendidos na maioria das vezes como um processo puramente pontual e natural. Aqui compreendemos como o oposto. Os desastres não são naturais, mas sim um produto social, histórico e territorialmente circunscrito, que desvela as relações sociais de desigualdade, em que a população mais empobrecida é quem sofre com os impactos de tais situações (Lacerda; Freitas, 2024).

Ao falarmos aqui sobre pobreza ou processo de empobrecimento, não nos limitamos a entendê-la como a simples ausência de renda, e sim como um fenômeno multidimensional, associado a diversas formas de desassistência em necessidades básicas, como educação, saúde, habitação, saneamento, entre outras faltas (Barbosa; Albuquerque, 2025). Dessa forma, ao falarmos sobre desastres, não podemos desvinculá-los do contexto no qual eles ocorrem, deve-se considerar as variáveis físicas, sociais, políticas, econômicas e ambientais. Além disso, é preciso reconhecer que tais fenômenos também se configuram como objetos de disputa entre diferentes campos do saber, desde o midiático até o científico (Marchezini; Forini, 2019).

Marchezini (2014) critica a falta de visibilidade em relação a população que sofre diretamente com o impacto dos desastres, sinalizando que a pauta da agenda internacional sobre essas questões concentra-se apenas na discussão tecnocrática sobre a gestão de riscos, não motivando a criação de um protocolo internacional para controlar se os Estados estão cumprindo seu papel de proteger seus/suas cidadãos/cidadãs ou não. No Brasil, a gestão de riscos e desastres é uma função exercida pelos órgãos da Defesa Civil, compreendida enquanto um:

conjunto de ações de prevenção, de preparação, de resposta e de recuperação destinado a evitar ou a reduzir os riscos de acidentes ou desastres, a minimizar seus impactos socioeconômicos e ambientais e a restabelecer a normalidade social, incluída a geração de conhecimentos sobre acidentes ou desastres (Brasil, 2012, art. 1º, inciso X).

No entanto, para Silva, as Defesas Civis têm apresentado propostas majoritariamente voltadas para “sanar problemas pontuais, emergenciais, e superficialmente associados às questões climáticas” (Silva, 2017, p. 46). Em consonância com a autora, Nogueira *et al.* apontam que, em nome da redução de riscos, tais instituições adotam “ações higienistas e antipopulares” (Nogueira, *et al.*, 2023, p. 495) promovendo deslocamentos forçados e, paradoxalmente, construindo novos riscos.

De acordo com os dados da Confederação Nacional de Municípios - CNM (2025), desde 2013, 95% dos municípios brasileiros foram afetados por algum tipo de desastre pelo menos uma vez, gerando prejuízos que totalizam R\$732,2 bilhões até 2024. Dentre os desastres que mais se destacam entre 2013 e 2024, temos a seca e a estiagem em primeiro lugar (constituídas de 27,9 mil registros) e a chuva em segundo (com 20,4 mil). Em nosso estudo, as secas e estiagens se apresentam como foco da nossa investigação. Enquanto a seca é compreendida como um fenômeno causado pela insuficiência de chuva, provocando uma redução sustentada das reservas hídricas existentes por um período prolongado, a estiagem se configura como um período em que há pouca quantidade de chuva ou sua ausência, cuja perda de umidade do solo é superior à sua reposição (Grigoletto *et al.*, 2016). Aqui, especificamente, estaremos tratando esses fenômenos como desastres ao considerarmos que as pessoas que habitam as regiões pesquisadas sofrem cotidianamente com a falta de recursos públicos e privados para convivência digna com secas e estiagens.

No contexto brasileiro, a região em que a seca e estiagem se apresentam como principal problemática a ser enfrentada é o Nordeste (CNM, 2025), além de ser a segunda região com a maior taxa de mortalidade infanto-juvenil atribuída à privação de acesso à distribuição de água e ao saneamento, esse, muitas vezes, presente de forma inadequada, segundo dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ (2022). Especificamente no Agreste Pernambucano, região subdividida em três eixos: Agreste Meridional, Agreste Central e Agreste Setentrional, os períodos de longas estiagens e secas têm prejudicado a sua capacidade produtiva, contribuindo para perdas sociais, econômicas, ambientais e até mesmo de vidas humanas, principalmente se tratando da população empobrecida (Silva *et al.*, 2024).

Conforme Sousa, como a disponibilidade e a demanda por água não se mostram uniformemente distribuídas e, dada a extrema importância dela enquanto recurso, “faz-se necessário a aplicação de modelos de gestão hídrica que estejam adaptados às possíveis mudanças no ambiente” (Sousa, 2017, p. 18) especialmente quando nos referimos ao agreste pernambucano. Algumas medidas emergenciais como perfuração de poços, construção de barragens, barreiros e reservatórios, são alternativas muito comuns utilizadas para atender a demanda de cidades que passam por períodos de seca. Todavia, em muitos casos, essas não são propostas viáveis sob um olhar econômico, financeiro e ambiental (Gnadlinger, 2015). O que se analisa, é que muitas dessas medidas ainda são realizadas sob uma perspectiva de combate à seca, enxergando como um “inimigo a ser exterminado”. Para Silva:

Combater a seca é uma crença na capacidade do progresso, como solução técnica aos problemas. Expressa um paradigma que informa as crenças e atitudes civilizatórias da modernidade. Sua finalidade implícita é modificar a natureza, conhecendo as causas naturais da seca e agindo sobre os seus efeitos para promoção do progresso da humanidade (Silva, 2007, p. 474).

Essa ideia de “progresso” é criticada também por Krenak (2020), que a aponta como uma crença ilusória. Com base nessa crítica, podemos compreender que, ao encararmos as secas como algo a ser combatido, acreditando que estamos caminhando rumo a algum avanço, estamos, na verdade, apenas negando a complexidade do fenômeno e apagando as relações históricas, políticas e socioculturais que o constituem. O problema, segundo Norma Valencio e Arthur Valencio (2011), não são as secas em si, mas como o Estado produz sua relação com a sociedade para enfrentar, ou não, tal situação. Ainda que essa ideia de combate à seca seja persistente na nossa sociedade, conseguimos vislumbrar gradativamente a substituição dessa concepção pela perspectiva de convivência com a seca, caracterizada por um novo paradigma que:

valoriza os modos de vida adaptados, os saberes tradicionais e as tecnologias sociais apropriadas, propondo uma reconfiguração das políticas públicas e das práticas territoriais na região. Mais do que um conjunto de técnicas, a convivência expressa uma racionalidade territorial, política e cultural, em que os ciclos climáticos não são inimigos, mas parte de um ecossistema com o qual se constrói uma relação sustentável (Barbosa; Hernández, 2025, p. 205).

Ou seja, a convivência com a seca pode ser compreendida também em diálogo com o paradigma do Bem Viver, na medida em que ambos propõem a construção de estratégias — sobretudo coletivas — que promovam uma vida digna e de qualidade em todas as dimensões da existência humana. Essa perspectiva parte do entendimento de que não basta sobreviver: é preciso viver bem, nos períodos com ou sem seca (Costa, 2017; Associação Caatinga, 2022). Inspirado por essa perspectiva, este trabalho buscou mapear e compreender os discursos e métodos adotados pelas organizações governamentais e não governamentais do Agreste Meridional de Pernambuco em relação aos desastres, especialmente as secas e estiagens.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa em Psicologia Social. Segundo Lane (2006), tal área visa estudar a relação essencial entre a pessoa e a sociedade, essa última, entendida como uma dimensão histórica, que busca compreender como seus membros se organizam, seus costumes, suas crenças e instituições necessárias para a continuidade dessa mesma comunidade. A grande preocupação da Psicologia Social é, portanto, compreender

como as pessoas se inserem neste processo histórico e como ele pode trazer implicações para a sociedade em que vive (Lane, 2006).

Esse trabalho fez parte de uma pesquisa maior, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos e financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). Para produção dos dados, foram realizadas as seguintes etapas metodológicas: 1) levantamento nos sites e redes sociais oficiais dos 26 municípios constituintes do Agreste Meridional; 2) realização de entrevistas com organizações governamentais e não governamentais, sendo a primeira representada pelas defesas civis; 3) visita de campo.

A primeira fase do estudo consistiu em um levantamento de dados voltado à identificação de informações sobre desastres, secas e gestão das águas nos sites e redes sociais oficiais dos 26 municípios do Agreste Meridional de Pernambuco. Essas informações serviram tanto para contextualizar o território pesquisado quanto para orientar o contato com os(as) participantes do estudo. Na etapa seguinte, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, presenciais e on-line. Para Pinheiro, a entrevista é sustentada pela interação, ocorre em um contexto específico e configura-se como uma relação constantemente negociada. Em uma conversa, ao mesmo tempo em que nos posicionamos, também posicionamos o outro, sendo tais posições “não irrevogáveis, mas continuamente negociadas” (Pinheiro, 2013, p. 138).

Nesse sentido, entrevistamos 13 trabalhadores(as) das Defesas Civis e 2 integrantes de organizações não governamentais, totalizando 15 participantes de 13 municípios da região. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas mediante leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas pessoas participantes. Para auxiliar na compreensão do contexto estudado, realizamos, na etapa final da pesquisa, uma visita a um dos municípios investigados, com o objetivo de observar *in loco* uma das estratégias de enfrentamento à seca apresentadas por representantes de uma organização não governamental.

Para a análise dos discursos produzidos, adotamos as orientações teórico-metodológicas da Psicologia Social Discursiva. Potter e Wetherell (1987) propõe algumas etapas para análise do discurso: a primeira se refere às questões de pesquisa que devem estar ligadas ao discurso, como ele está organizado e qual a sua função; a segunda se refere à seleção do material que vai desde um texto até várias entrevistas; a terceira relaciona-se à coleta de registros e documentos que contribuem para a análise construída do discurso; a quarta diz sobre a realização de entrevistas, sendo estas realizadas de maneira conversacional e onde espera-se a construção de múltiplas práticas discursivas; a quinta corresponde às transcrições se atentando para “as

pausas, as hesitações, a entonação, e a sobreposição das falas” (Rasera, 2013, p. 821); a sexta é a codificação, análise preliminar da análise propriamente dita; a sétima é a análise, onde se tem uma leitura intensiva e cuidadosa, considerando as nuances dos discursos; a oitava é a validação das interpretações analíticas; a nona refere-se ao relato da pesquisa; e a décima é a aplicação, ou seja, o conhecimento que foi produzido a partir de tudo que foi analisado. Tais etapas não são fixas e podem ser modificadas pelo(a) pesquisador(a). No presente texto, seguimos a orientação proposta pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre as pessoas participantes da pesquisa, no âmbito das instituições governamentais, os cargos ocupados foram: 7 pessoas em cargos de coordenação, 1 responsável pela parte executiva, 4 secretários e 1 auxiliar de secretário. Nas organizações não governamentais, os cargos identificados foram presidente e dirigente de brigada, respectivamente.

Os(as) participantes apresentaram uma média de 5 anos de atuação, de forma que dentro dessa média havia profissionais com o mínimo de 10 meses e o máximo de 13 anos e 2 meses. Quanto ao gênero, raça e escolaridade, as respostas foram as seguintes: 11 se identificaram como do gênero masculino, 1 como homem, 1 como homem trans e 2 como gênero feminino; 6 se autodeclararam pardos(as), 6 brancos(as), 1 preto(a) e 2 não souberam dizer; 5 tinham ensino superior, 3 pós-graduação, 1 mestrado, 1 curso técnico, 4 possuíam ensino médio completo e 1 não mencionou o grau de instrução.

A partir do cruzamento entre os mapeamentos realizados nas redes oficiais dos municípios investigados e das entrevistas, constatou-se que as estratégias de enfrentamento às emergências e desastres no Agreste Meridional de Pernambuco, especialmente se tratando da seca, permanecem condicionadas a uma lógica predominantemente emergencial, marcada pela precariedade estrutural, ausência de políticas públicas continuadas e limitada participação comunitária. Os achados foram organizados em quatro eixos interdependentes: Prevalência da mitigação e da lógica emergencial, Fragilidade das estruturas institucionais, Ausência de ações preventivas e educativas e Experiências alternativas: práticas de convivência e cuidado. Todos esses eixos serão apresentados a seguir e, com o objetivo de manter o sigilo sobre as identidades das pessoas participantes da pesquisa, seus nomes não serão mencionados, optou-se por numerá-las de 1 a 15 precedido da sigla OG, representando um(uma) membro(a) de Organização Governamental, ou ONG, significando um(uma) participante de Organização Não Governamental. Os nomes dos municípios também foram suprimidos.

PREVALÊNCIA DE UMA LÓGICA EMERGENCIAL

Nesse ponto do texto é importante observar que, embora muitas ações realizadas pelos(as) participantes sejam mencionadas como mitigação, grande parte delas se enquadra na categoria de resposta emergencial. De acordo com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) a mitigação refere-se a intervenções estruturais ou não estruturais destinadas a reduzir riscos de longo prazo, tais como obras permanentes, manejo ambiental, recuperação de nascentes ou aprimoramento do ordenamento territorial. Já ações como distribuição de água por carros-pipa, perfuração de poços ou remoção de famílias, configuram respostas imediatas ao agravamento do evento adverso.

No que diz respeito às secas e estiagens, tanto no mapeamento realizado nas redes oficiais dos municípios, como nas entrevistas, foram observadas intervenções semelhantes, a exemplo da: implementação de carros-pipas, sejam estes destinados pelas próprias prefeituras ou até mesmo pelo Exército Brasileiro, mencionados por 13 participantes; pouco mais de 9 sinalizaram a limpeza, construção, escavação, restauração e perfuração de poços, barragens, açudes, barreiros e reservatórios; 2 pessoas citaram a distribuição de água através de adutoras; e, apenas 1 citou a recuperação de nascentes. Ressalta-se que muitas dessas ações concentram-se na área rural, conforme apontaram os(as) participantes. Na área urbana, a distribuição de água é realizada pela Compesa, empresa alvo de críticas de um(a) dos(as) colaboradores(as), que relatou problemas na qualidade da água fornecida.

Além das secas e estiagens, outro tipo de desastre comentado pelos(as) profissionais foram as intensas chuvas, especialmente as que aconteceram de maio a julho do ano de 2022. As falas evidenciam que o agreste pernambucano convive com dois tipos de desastres antagônicos: de um lado os períodos de seca e estiagem, e do outro as chuvas intensas. Sobre esses dois eventos que acontecem na região, umas das pessoas participantes comenta:

Inclusive nós tivemos nós tivemos o reconhecimento da, da dessa situação, reconhecimento federal, e, no mês de agosto nós já apresentamos e fomos reconhecidos também agora em no mês passado a situação de estiagem. Pra você ter uma ideia, como não é comum essa situação no Agreste, nós tivemos no mês de junho desastre por chuva e agora no mês de outubro e novembro tivemos desastre por seca, no mesmo ano em menos de 6 meses nós tivemos as duas situações e tivemos reconhecimento federal (Participante 1 OG).

Das 15 pessoas participantes, 8 falaram sobre as fortes chuvas que impactaram os municípios: famílias desabrigadas, desalojadas, a dificuldade de locomoção nas zonas rurais, o rompimento de pequenas barragens, a aproximação de rios em relação às casas, o colapso de um reservatório e o medo do transbordamento de um açude que passava dentro de um dos

municípios. O que fica evidente ao se falar tanto da seca quanto das fortes chuvas, é que ambos contribuem para perdas econômicas, sociais, ambientais, e até mesmo de vidas humanas, principalmente as que se localizam em comunidades empobrecidas (Silva *et al.* 2024). As ações para lidar com as chuvas, apresentadas pelos(as) colaboradores da pesquisa, se configuraram em duas: monitoramento do nível de água e a remoção de pessoas residentes de habitações consideradas de risco.

Nota-se que, as intervenções mais presentes nos relatos dos(as) partícipes estão associadas à resposta superficial aos efeitos da seca, estiagem e das chuvas intensas, uma vez que tais medidas são paliativas e pontuais (Firmo; Ribeiro, 2016). Elas são ativadas majoritariamente durante ou após o agravamento dos eventos adversos, o que revela o predomínio de um modelo de gestão voltado ao controle imediato das consequências, e não à prevenção ou à redução das condições de vulnerabilidade.

FRAGILIDADE DAS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

As organizações governamentais apontaram diferentes problemáticas que circundam as suas práticas. Ainda que tenham conseguido sinalizar quantas pessoas atuam na equipe, muitos demonstraram desconhecimento ou divergências quanto às funções exercidas. Além disso, em algumas cidades o cargo de coordenador(a) da Defesa Civil é ocupado informalmente, acumulando outras funções, como secretário de agricultura por exemplo.

[...] mas desde que eu entrei pra prefeitura em 2012 que eu, que, faço parte da Agricultura e se convencionou no município de interior eu não sei o porquê, de linkar a defesa civil às secretarias de agricultura. Eu não sei qual é o critério (Participante 2 OG).

Para Pinheiro *et al.* (2021), é importante que as pessoas que assumem a coordenação da defesa civil se dediquem de modo exclusivo e integral a essa atividade, haja vista a imprevisibilidade dos desastres e também a importância das ações de prevenção. Contudo, como pudemos perceber no discurso anterior, tal situação não acontece na prática. Os cargos de coordenador(a) geralmente são assumidos por indicação de novas gestões, o que se torna problemático a partir do momento que muitos(as) não apresentam qualificação e exclusividade de tempo por acumular outros trabalhos. Isso compromete a atenção integral à gestão de riscos e desastres, favorecendo falhas nas etapas de prevenção, bem como desorganização durante e após os eventos críticos. Tal situação é exemplificada a seguir:

A limitação de equipe, é... acumulação de função muito disso né?! ... isso atrapalha bastante a gente não consegue dar foco só nisso né vai ter que dividir nossas atenções nosso tempo nosso esforço com outras coisas também e isso acho que é uma dificuldade enorme (Participante 2 OG).

No trecho discursivo do(a) participante 2 OG, podemos observar outra problemática: a limitação de equipe, acompanhada de discrepâncias entre os relatos coletados quanto à quantidade de profissionais envolvidos nas ações. Destaca-se um(a) participante que sinalizou a ausência de outros(as) trabalhadores(as) atuantes na gestão dos desastres. Para Pinheiro *et al.* (2021), é primordial que quem esteja à frente da defesa civil, possa contar com uma equipe para atuar nos momentos antes, durante e após a ocorrência de desastres, todavia, como vimos, muitas vezes essa presença é inexistente e/ou deficitária. Outras dificuldades também foram mencionadas por 9 participantes, como a falta de recursos financeiros e estruturais: inexistência de espaço próprio para a equipe, ausência de materiais de trabalho e de um veículo para locomoção e, sobretudo, a insuficiência de verbas para a concretização das atividades e o alcance de um público mais amplo. Tais adversidades não se restringem às instituições formalmente organizadas. Um(a) representante de uma das ONGs, por exemplo, relatou que suas ações são mantidas com recursos pessoais dos próprios membros. A seguir, apresentam-se trechos dos discursos que ilustram essas situações.

[...] é a questão estrutural não só pessoa física, mas também material por que? Nós não temos uma sede própria, nós não temos um transporte próprio, pra execução dessas questões, nós não temos uma estrutura mínima reservada que pra que num momento de desastre a gente possa já ter alguma coisa pra poder iniciar os trabalhos (Participante 1 OG).

[...] o principal empecilho da gente não executar mais atividades é o recurso financeiro, que a gente não tem. A gente trabalha com o dinheiro do próprio bolso (Participante 3 ONG).

Atrelada a essas questões, um(a) responsável por umas das ONGs apontou a complexidade de articulação com as prefeituras para a realização de suas atividades; 1 mencionou a escassez de apoio estadual; 2 expuseram como obstáculo a falta de conscientização e informação da população; e 2 disseram não existir dificuldades para concretização de suas ações. De acordo com Londe, Soriano e Coutinho (2015), elementos como a estrutura física (instalações, sistemas de comunicação, recursos financeiros e materiais), corpo profissional (incluindo qualificação, treinamento, motivação), interação com outros órgãos envolvidos na prevenção e resposta aos desastres e com a população, interferem diretamente no funcionamento das organizações, seja elas governamentais ou não. Esses elementos são fundamentais para a implementação e/ou continuidade das atividades

desenvolvidas por essas instituições, se há a ausência de um ou mais desses fatores, a qualidade e a segurança do trabalho é comprometida, como pudemos notar nos discursos das pessoas participantes ao longo deste tópico.

Sobre a falta de conscientização da população, citado por dois/duas participantes, é mencionada a confusão que as pessoas apresentam sobre o objetivo da defesa civil. Esses(as) colaboradores(as) relataram que os(as) moradores(as) acham que se perderem suas casas vão ser ressarcidos(as) pela organização governamental. Atrelado a isso, é contado também sobre a resistência e a negação em casos de risco que demandam a saída dessas pessoas de suas casas.

[...] parte considerável da população não é tão consciente assim quando a gente chega para fazer alguma intervenção, ou tomar alguma medida mais dura, mais concisa né, no caso. Aí muita gente se opõe, assim, essa área de risco que a gente tem aqui no município, a gente teve que fazer uma reunião juntamente com a procuradora aqui do município para explicar a situação e dizer os direitos legais que eles têm, claro, é tão saindo a força das suas casas. Mas quando a gente aconselha, dá o parecer da zona de risco, que a casa tá em perigo, é... muita gente se opõe a isso e acaba gerando problemas para gente também. E... principalmente para eles que a gente explica que isso é para o bem, para a saúde e para a família deles, principalmente. Mas às vezes a gente encontra dificuldade nisso (Participante 4 OG).

A respeito dessa questão, Dora Vargas (2009) destaca a importância de compreender como se constrói socialmente a noção de risco. Segundo a autora, aquilo que muitas vezes é interpretado como negação ou minimização do risco por parte da população corresponde, na verdade, a uma releitura e ressignificação desse risco. Nessa perspectiva, o fator “risco das moradias” tende a ocupar um lugar secundário diante de outros elementos que assumem maior centralidade, como: o apego ao território, a sua valorização enquanto espaço de identidade e sociabilidade, além da religiosidade. Esses aspectos sustentam, segundo Vargas, “a resistência e a luta pela permanência” (Vargas, 2009, p. 95). Aqui é importante destacar que não estamos afirmando que a população não compreende o risco estrutural, mas discutindo que o habitar áreas de risco envolve uma complexidade também de ordem subjetiva.

Além disso, é fundamental reconhecer que, antes de ser tecnicamente classificado como uma “área de risco”, o território representa para muitos(as) um lugar de vida e moradia, atravessado por vínculos afetivos e coletivos com o espaço. Essa relação remete a “trajetórias de vida e a processos de vulnerabilização” (Vargas, 2016, p. 553), compreendendo a vulnerabilidade não apenas como exposição a riscos físicos, mas como expressão de múltiplas formas de injustiça e negação de direitos, sejam eles sociais, políticos, econômicos ou ambientais.

AUSÊNCIA DE AÇÕES PREVENTIVAS E EDUCATIVAS

Outro aspecto central nos resultados que encontramos, diz respeito à escassez de ações de prevenção, promoção e educação comunitária. Esse fator fica em evidência com a alegação de participantes quanto ao desconhecimento e/ou resistência por parte da comunidade em relação aos riscos e desastres, apresentado no eixo anterior. Para Londe, Soriano e Coutinho (2015), quando falamos em prevenção, nos referimos a ações que devem ser destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, isso por meio da identificação, mapeamento, monitoramento de riscos, conhecimento sobre as vulnerabilidades locais e realização de trabalhos de orientação, conscientização e capacitação junto à população. Em específico às secas, Firmo e Ribeiro (2016) sinalizam que atividades preventivas para essa situação seriam aquelas que tem o objetivo de assegurar o acesso à água de forma permanente, a exemplo da recuperação de nascentes e instalação de cisternas. Em nosso estudo, apenas um(a) representante de ONG citou a recuperação de nascentes enquanto enfrentamento à seca.

Ainda nessa discussão, também podemos pensar em ferramentas de controle social, compreendidas enquanto “participação da sociedade na gestão, fiscalização e monitoramento das ações públicas”, (Firmo; Ribeiro, 2016, p. 3) e também de estratégias de participação comunitária, ambas pensadas como modos de aproximar a população da gestão das problemáticas vivenciadas. Dito isto, não foi possível observar esse tipo de estratégia nas atividades desenvolvidas pela maioria das organizações entrevistadas. Outrossim, constatou-se que a maioria das práticas implementadas pelas instituições não apresentavam táticas de promoção, ou seja, ações que possuíssem como objetivo o aumento do conhecimento das pessoas acerca dos riscos e desastres, possibilitando a elas informações sobre o que fazer e como agir nesses tipos de situação (Silveira; Cardoso, 2016, p. 212).

Algumas organizações mencionaram realizar ações de conscientização e orientação junto à população, porém, em relação a muitas delas, observou-se que tais intervenções eram limitadas às populações que se encontravam em áreas consideradas de risco. Quando falamos em promoção e prevenção aos desastres, devemos ter em mente que as informações não devem só chegar quando o fenômeno está prestes a acontecer ou quando já aconteceu, elas devem ser transmitidas a todo momento, a todos e todas, independentemente da idade, da localização territorial ou demais marcadores sociais.

Infelizmente, o que analisamos no contexto brasileiro é a necessidade de maior investimento em estratégias de prevenção e promoção do cuidado, em detrimento do investimento majoritário de recursos apenas para os momentos do pós-desastres. Quando

considerados os prejuízos recorrentes e os altos custos destinados à recuperação das áreas afetadas, torna-se evidente que esses mesmos recursos poderiam ser direcionados à implementação de estratégias preventivas mais eficazes e sustentáveis. Diante desse cenário, observa-se a urgência de fortalecer práticas educativas e preventivas frente aos riscos e desastres. No próximo eixo, analisamos um exemplo de intervenção que busca se aproximar dessas práticas.

EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS: PRÁTICAS DE CONVIVÊNCIA E CUIDADO

Apesar da predominância da lógica emergencial, a pesquisa identificou pelo menos uma experiência diferente. Um(a) dos(as) representantes de uma das ONGS, sinalizou a prática de recuperação e proteção de nascentes que, como vimos no eixo anterior, se configura como uma ação preventiva em relação à seca. Nós pudemos observar essa prática de modo presencial, indo até o município onde os voluntários(as) dessa ONG atuam, além de identificar de frente a dificuldade enfrentada pela população com relação ao acesso a água. A prática de recuperação de nascente observada ocorreu em uma propriedade privada, a partir da solicitação feita pelo(a) proprietário(a) à ONG. Segundo relato dos(as) colaboradores(as), qualquer pessoa do município, ou mesmo de cidades vizinhas, pode acionar a organização, desde que se responsabilize pela compra dos materiais necessários. Os(as) voluntários(as), por sua vez, ficam responsáveis pelo trabalho braçal. Os(as) membros da ONG relataram que, no município, existem muitas nascentes passíveis de recuperação, mas que não havia interesse por parte dos(as) proprietários(as) em realizar tal ação. Segundo eles(as), isso ocorria porque esses(as) titulares não desejavam a entrada de pessoas em suas propriedades, mesmo cientes da grande dificuldade de acesso à água na região.

Tal situação vai de encontro ao princípio político do Comum, entendido não como um conjunto de bens ou regime de propriedades, mas sim enquanto uma práxis política que acontece por meio de relações de cooperação, compartilhamento, troca, cuidado e interação. Nesse sentido, comunicar “não é melhorar a relação de uma coletividade em termos de eficiência e perenidade, mas construir um processo político social em torno de equidade e justiça” (Haddad; Belei, 2021, p. 9-10). Mesmo que as atitudes desses grandes proprietários de terra fujam da discussão do que entendemos por Comum, temos um exemplo claro de uma ONG que entende o que esse princípio propõe, a partir do momento que tanto em suas ações quanto nos seus discursos compreendem que “o comum só é possível em comunidade, em um processo autogestionado, democrático e inerentemente político” (Haddad; Belei, 2021, p. 10).

Essa ONG não só realiza recuperação de nascentes, como também atua no reflorestamento com espécies nativas da Mata Atlântica, educação ambiental com estudantes e campanhas de coleta de resíduos tóxicos (como pilhas e baterias), apontando para uma perspectiva de cuidado com o território. Ainda que isolada, essa instituição representa uma experiência concreta de enfrentamento que dialoga com o paradigma da convivência com a seca, que se opõe à lógica do combate. Falar em convivência com a seca é entender que essa não deve ser vista e vivenciada enquanto passividade mas sim como possibilidade de criação de novas alternativas. A Convivência com a seca deve ser entendida como um paradigma socioecológico, um modelo de desenvolvimento territorial que pode ser favorecido por políticas públicas que favoreçam a promoção de saberes e experiências populares e comunitárias. Nesse sentido, a convivência abrange tanto áreas como a social, política, ambiental quanto a economia e cultura (Sieber; Gomes, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que o enfrentamento às secas e estiagens no Agreste Meridional de Pernambuco permanece ancorado em uma lógica reativa e emergencial. As ações identificadas, como distribuição de água por carros-pipa, limpeza de barragens, perfuração de poços e escavação de barreiros, operam majoritariamente como medidas de resposta imediata, e não de mitigação ou redução de risco. Isso reforça a predominância de intervenções voltadas a aliviar efeitos pontuais, sem produzir transformações estruturais capazes de reduzir vulnerabilidades de longo prazo.

A precarização institucional das Defesas Civis municipais, expressa na insuficiência de equipes, sobreposição de funções, falta de financiamento, ausência de sede própria e dificuldade de articulação interinstitucional, contribui para esse cenário. Essas fragilidades dificultam a execução contínua das etapas de prevenção e preparação — centrais para uma gestão integral do risco, conforme preconizado pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

Além disso, a percepção de parte da população sobre os riscos e deslocamentos obrigatórios aparece atravessada por dimensões históricas, identitárias e territoriais, que complexificam o diálogo entre instituições e comunidades. Outro achado importante refere-se à limitada presença de ações educativas, preventivas e de promoção. A ausência de estratégias sistemáticas de formação e participação comunitária reforça a compreensão do risco como responsabilidade exclusivamente técnica, quando, na verdade, sua redução depende de processos coletivos, contínuos e territorialmente situados.

Nesse contexto, destaca-se a experiência de uma das ONGs investigadas, cuja atuação envolve a recuperação de nascentes, ações de reflorestamento, educação ambiental e mobilização comunitária. Ainda que isolada, essa iniciativa materializa uma perspectiva alinhada ao paradigma da convivência com o semiárido, que reconhece o território como espaço de vida e propõe estratégias sustentáveis e participativas de acesso à água. Tais práticas demonstram que alternativas ao modelo reativo são possíveis quando articulam saberes locais, tecnologias sociais e princípios de cuidado com o comum.

Assim, os achados desta pesquisa reforçam a urgência de superar a lógica do “combate à seca”, substituindo-a por concepções que integrem prevenção, mitigação, participação popular e fortalecimento institucional. Construir respostas duradouras exige que o poder público amplie investimentos na fase pré-desastre, consolide processos formativos e reconheça as populações locais como protagonistas na produção de estratégias adequadas aos seus contextos territoriais. Apontamos ainda que enfrentar as secas e estiagens exige muito mais do que ações emergenciais: requer a construção coletiva de políticas públicas que promovam autonomia, corresponsabilidade, acesso permanente à água e convivência sustentável com as dinâmicas ambientais do semiárido.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS (ABRINQ).

Cenário da Infância e Adolescência no Brasil. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil2022>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO CAATINGA. **Combater a seca ou conviver com o semiárido, o que devemos fazer?** [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.acaatinga.org.br/combater-a-seca-ou-conviver-com-o-semiarido-o-que-devemos-fazer/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BARBOSA, A. G.; HERNÁNDEZ, D. G. A convivência com o Semiárido como superação do combate à seca no rural do Nordeste brasileiro: uma luta de paradigmas socioecológicos. **Historia Agraria**, [S. l.], v. 96, p. 203-241, 2025. Disponível em: https://www.historiaagraria.com/FILE/articulos/RHA96_gomes_barbosa_gallar_hernandez.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

BARBOSA, A. S.; ALBUQUERQUE, N. B. C. Para cada desigualdade uma luta injusta: a voz de mulheres negras, empobrecidas e cariocas sobre suas carreiras. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1-18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120230154>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/RyzFyGbLpLsh3SswqQbNzQg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC [...]; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 abr. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Estudo**: panorama dos desastres no Brasil – 2013 a 2024. Brasília, DF: CNM, 2025. Disponível em: <https://cnm.org.br/biblioteca/exibe/15657>. Acesso em: 10 jul. 2025.

COSTA, T. P. A convivência com o semiárido como paradigma sustentável na perspectiva do bem viver. **REVASF**, Petrolina, v. 7, n. 12, p. 118-139, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/26/34>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FIRMO, E.; RIBEIRO, M. A. T. Interface da Psicologia nas ações de prevenção e controle social nos municípios do semiárido de Alagoas. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 1., 2016, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora Ltda, 2016. p. 1-6. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2016/TRABALHO_EV064_MD4_SA14_ID193_20102016011207.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

GNADLINGER, J. Água de chuva no manejo integrado dos recursos hídricos em localidades semiáridas: aspectos históricos, biofísicos, técnicos, econômicos e sociopolíticos. *In*: SANTOS, D. B. *et al.* (org.). **Captação, manejo e uso de água de chuva**. Campina Grande: INSA, 2015. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/handle/123456789/363>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GRIGOLETTO, J. C. *et al.* Gestão das ações do setor saúde em situações de seca e estiagem. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 709-718, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.26212015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fccPfYqLbmwTvzWszWbCkHj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2025.

HADDAD, C. J.; BELEI, A. Cosmovisão do Bem viver e o princípio político do comum no enfrentamento às crises socioambientais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 10., 2021, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/x_enanppas2021/395562-cosmovisao-do-bem-viver-e-o-principio-politico-do-comum-no-enfrentamento-as-cries-socioambientais/. Acesso em: 10 jul. 2025.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACERDA, L. F. B.; FREITAS, C. M. de. Justiça Socioambiental para gestão integral de riscos de desastres. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 148-159, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.79890>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/79890>. Acesso em: 8 nov. 2025.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos, 39).

LONDE, L. R.; SORIANO, E.; COUTINHO, M. P. Capacidades das instituições municipais de Proteção e Defesa Civil no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, [S. l.], v. 30, p. 77-95, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/rdg.v30i0.98715>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/98715>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MARCHEZINI, V. La producción silenciada de los “desastres naturales” en catástrofes sociales. **Revista Mexicana de Sociología**, [S. l.], v. 76, n. 2, p. 253-285, [2014]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261569428_La_produccion_silenciada_de_los_desastres_naturales_en_catastrofes_sociales. Acesso em: 10 jul. 2025.

MARCHEZINI, V.; FORINI, H. A. Dimensões sociais da resiliência a desastres. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 9-28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i2.13000>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/13000>. Acesso em: 10 jul. 2025.

NOGUEIRA, F. R. *et al.* Em busca da qualificação da segurança: olhando para o horizonte da gestão de riscos e desastres. *In*: IWAMA, A. Y.; AGUILAR-MUÑOZ, V.; SELEGUIM, F. B. (org.). **Riscos ao Sul: diversidade de riscos de desastres no Brasil**. São Paulo: Isso dá um Livro, 2023. p. 10-622. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/dagnino_et_al_2023_riscos_ao_sul_cap11.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

PINHEIRO, E. G. *et al.* Perfil dos coordenadores municipais de proteção e defesa civil no Paraná (Brasil) frente aos desastres. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 127-144, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51896/CCS/GOWV9882>. Disponível em: <https://www.eumed.net/es/revistas/contribuciones-ciencias-sociales/octubre-diciembre-21/defesa-civil>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma prática discursiva. *In*: SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. [S. l.]: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behaviour**. London: Sage, 1987. Disponível em: <https://alingavreliuc.files.wordpress.com/2010/10/potterwetherell-discourse-and-social-psychology.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

RASERA, E. F. A Psicologia Discursiva nos estudos em Psicologia Social e Saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 815-834, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000300002. Acesso em: 10 jul. 2025.

SIEBER, S. S.; GOMES, R. A. Do enfrentamento à convivência: o Fórum Seca como movimento político. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 55, p. 339-357, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73864>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73864>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, C. B. da. **Muito além da questão ambiental**: discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25157/1/TESE%20Juliana%20Catarine%20B%20arbosa%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, J. L. R. *et al.* Discursos sobre desastres no agreste meridional de Pernambuco.

Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 13395-13420, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.56238/arev6n4-145>. Disponível em:

<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2086>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 466–485, 2007. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2007.539>. Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/539>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVEIRA, M. V.; CARDOSO, C. Promoção da cultura de prevenção de desastres. **Revista Ordem Pública e Defesa Social**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 211-222, 2016. Disponível em:

<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/120>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SOUSA, L. C. O. **Gestão da demanda de água no agreste pernambucano**. 2017.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/39810/1355139/Lyanne.pdf/2336ceef-fb1f-49b6-b6e1-fcd02ddb0d3>. Acesso em: 10 jul. 2025.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. Os desastres como indícios da vulnerabilidade do sistema nacional de defesa civil: o caso brasileiro. **Territorium**, [S. l.], v. 18, p. 147-156, 2011. DOI:

https://doi.org/10.14195/1647-7723_18_13. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/1647-7723_18_13. Acesso em: 10 jul. 2025.

VARGAS, D. “Eu fui embora de lá, mas não fui” – a construção social da moradia de risco.

In: NORMA, V. *et al.* (org.). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 80-95.

VARGAS, M. A. R. Moradia e pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 18, n. 36, p.

535-557, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3611>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cm/a/s5F64y8GFxKCXvLThNkLkQs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.